

A Evolução da CPLP na Segurança e Desenvolvimento do Continente Africano - Relevância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal

Brigadeiro-general
Luís Fernando Machado Barroso



Desde os primeiros passos da sua criação em 1989 até aos dias de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) passou de um fórum de discussão de assuntos comuns aos países com língua portuguesa espalhados por três continentes para um fórum de discussão alargada, com personalidade jurídica e com autonomia financeira, onde a concertação político-diplomática é o objectivo principal para reforço da posição da Comunidade no sistema internacional. Para esse fim, a cooperação no domínio da defesa, além de ser um objectivo, é também um elemento central em toda a sua estratégia de intervenção.

Provavelmente, um dos elementos que tem sido recorrente nas questões de segurança no continente africano tem sido a proliferação de sintomas característicos dos estados falhados, que se podem rapidamente transformar em elementos destabilizadores que afectam toda uma região. Por conseguinte, a capacidade para estabilizar e reconstruir pode ser determinante na eficácia do emprego de forças militares, nomeadamente para levar a cabo tarefa primárias (ou actividades) no âmbito da segurança, justiça e reconciliação, assistência humanitária, apoio à governação e estabilização económica.

Se a CPLP tiver como objectivo ser um actor relevante em África, então deve estar

preparada para dispor de meios capazes de serem relevantes para a promoção da segurança e, ao mesmo tempo, com capacidade de intervir com pouco tempo de pré-aviso - força de entrada para uma operação de maior envergadura patrocinada pela ONU ou União Africana (UA). Neste caso concreto, Portugal pode ter um importante papel no seu desenvolvimento e promoção devido, essencialmente, ao facto de ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), onde forças de reacção rápida são instrumentos fundamentais das suas capacidades de intervenção em todo o espectro do conflito. A experiência acumulada na certificação e preparação de forças nacionais para os *Battlegroup* (BG) da UE e para as *NATO Response Forces* (NRF) pode ser um factor decisivo para Portugal assumir relevância no processo de maturação e afirmação da CPLP como actor em África.

1. A Importância de África e a Eterna Questão da Segurança

Um dos factores centrais na elaboração deste ponto é o reconhecimento de que o desenvolvimento económico e a boa governação são elementos base para a segurança e estabilidade de um Estado. Por conseguinte, vai-se referir os aspectos relevantes para essa ligação e que devem ser o objecto do emprego do instrumento militar, uma vez que é normal os aspectos de defesa e diplomáticos serem os mais conhecidos, deixando os aspectos económicos e de desenvolvimento para segundo plano. Em parte, isto deve-se ao tipo de formação dos quadros militares, que associam as operações de apoio à paz a missões típicas de imposição de lei e ordem como garante da segurança^[1].

Qual é a importância estratégica de África para o Mundo? O Continente Africano e os seus povos têm sido elemento central na História da Humanidade, nomeadamente na sua ligação com a Europa e, mais tarde, com a América, pelo menos desde os tempos em que o Mediterrâneo era o “Oceano do Meio”. Os europeus partilham com os africanos muitos séculos de ligação, nomeadamente após os descobrimentos levados a cabo pelos portugueses, cujo auge foi a idade dos impérios africanos nos séculos XIX e XX, e que influenciou de forma determinante o que hoje é África, nomeadamente a sua divisão administrativa, a sua cultura, economia e política. Mais tarde, já no final do século XX e início do século XXI, são os emigrantes africanos a terem influência cultural e económica na Europa. No Brasil, a população com origem em África ronda os 45% e no Haiti, por exemplo, ronda os 70%^[2]. Noutro exemplo, os EUA mantêm uma ligação muito próxima com a Libéria desde 1847 e a sua população de origem africana ascende a 12%.

Actualmente, África representa também um papel determinante nas relações internacionais, devido às suas importantes reservas em energia, metais nobres e estratégicos. Os EUA prevêem que cerca de 25% das suas importações de petróleo tenham origem na África Ocidental^[3]. Actualmente as importações europeias de gás natural e petróleo a partir do Norte de África atingem os 30%^[4]. A China importa de África cerca de 30% do petróleo que consome e procura incessantemente o estreitamento de relações com muitos países africanos através de investimentos em infra-estruturas,

venda de armas e pacotes de ajuda^[5]. África é também uma fonte de minerais estratégicos com grande impacto no comércio mundial. Países como a África do Sul e o Congo são um excelente exemplo dessa importância^[6]. África também deve ser vista como um importante destino dos bens produzidos na Europa, EUA e China.

A sua localização também contribui para o reforço da sua importância estratégica, podendo-se salientar as passagens do Suez, Gibraltar, Golfo da Guiné e Cabo da Boa Esperança como pontos de passagem obrigatória nas rotas marítimas mais importantes. Também o facto da sua proximidade da América e da Europa lhe incrementa a importância na exploração dos seus vastos recursos. Esta proximidade foi disputada na 2ª Guerra Mundial entre as forças do Eixo e os Aliados, com resultados decisivos no desfecho da guerra, na qual o Norte de África serviu de base de apoio e de trampolim para as operações aliadas em Itália. Mais tarde, durante a Guerra Fria, África foi um importante palco para a confrontação entre a URSS, os EUA (e respectivos aliados) e a China, através de “*proxy wars*”, na tentativa de se colocarem em posição de relevo. Actualmente são 54 os países africanos representados na Assembleia-Geral da ONU, e a União Africana é, cada vez mais, um actor central na concertação em África, o que mostra bem a importância política do continente africano.

Com o equador no centro do continente, África representa também uma importante fonte de biodiversidade, sendo um actor fundamental no combate ao aquecimento global por causa das suas florestas tropicais. Estas são também uma importante fonte de recursos utilizados na indústria, da qual se pode realçar a farmacêutica, que tem nas florestas tropicais uma importante fonte para os seus produtos. Também a sua beleza natural tem sido um importante catalisador do desenvolvimento turístico em algumas regiões, sendo de destacar o turismo ligado à vida selvagem.

Todavia, África está essencialmente associada a doenças, fome e guerra. A malária continua a matar cerca de um milhão de pessoas por ano na África Subsariana, embora alvo de investimentos de milhões de dólares, e é também um continente devastado pela SIDA e outras doenças^[7]. África passou a ser um ponto de convergência de esforços quando, em 1984, o mundo deu atenção aos milhares de vítimas da fome na Etiópia, e que chegou a todos os lares do mundo através dos concertos *Live Aid*. Também as guerras civis no Ruanda, Sudão, Congo, Libéria e Serra Leoa, pelo sofrimento que causaram e ainda causam, foram alvo da atenção mundial. De facto, África coloca vários desafios e preocupações no âmbito da segurança. É comum a associação ao continente africano de governações corruptas e a Estados frágeis e falhados.

Começada em 1957 com o Gana, as transições de regimes coloniais para regimes nacionalistas redundou em violência e, muitas vezes, em conflitos sangrentos com milhares de mortos e milhões de refugiados. O ambiente de competição típico da Guerra Fria, associado à existência de dois regimes de apartheid na Rodésia (agora Zimbabué) e na República da África do Sul, foi um importante catalisador para a duração dos conflitos em Angola e em Moçambique. Com firmes objectivos de granjear apoios para as suas causas, quer a URSS, quer os EUA, ofereceram apoios financeiros e militares que muito

facilitaram a disseminação da corrupção e da má governação^[8]. Desde a sua independência, os países da África Subsariana foram alvo de cerca de 45% de todos os golpes de estado em todo o mundo^[9]. Um dos piores exemplos a nível mundial tem sido a guerra civil na República Democrática do Congo que, desde 1996, já causou cerca de 5,4 milhões de mortes, tornando-o o mais sangrento desde a 2ª Guerra Mundial^[10].

Outros problemas em África são a má governação e a existência de Estados frágeis, que atraem grupos de terroristas porque lhes garantem santuários e facilidades de acesso a fundos financeiros. Em África aconteceram alguns dos actos terroristas mais sangrentos contra interesses de países ocidentais, dos quais se podem referir os ataques contra as embaixadas dos EUA em Nairobi e Dar-es-Salem em 1998. Além disso, guerras, inexistência de lei e ordem e corrupção são factores que exponenciam o crime organizado, o que transforma algumas regiões de África em paraísos para os traficantes de droga e excelentes portos de abrigo para piratas, sendo os casos mais importantes o que se passa nos golfos de Aden e da Guiné^[11].

Para lidar com estes problemas, forças militares dos mais variados países do mundo têm sido envolvidos no Continente Africano sob os auspícios da ONU desde os anos 1960 no Congo. Mais recentemente, os EUA intervieram na Somália (1994) e as Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e no Corno de África (CJTF-HOA), o que explica a importância dos problemas africanos para o resto do mundo.

Devido à globalização, e correspondentes ameaças e oportunidades que actualmente se representa, África assume posição relevante na comunidade internacional. A sua localização, a sua importância na luta contra as alterações climáticas, o controlo e segurança de linhas de comunicações e a representação nas organizações internacionais levam-nos a afirmar de forma muito segura que o que se passa em África tem repercussões de alcance global.

Estando cada vez mais próximo do resto do mundo, o continente africano passa a ser, cada vez mais, um elemento a ter em conta no sistema internacional. Além disso, os processos de adaptação e modernização das organizações internacionais do continente vêm demonstrar a sua intenção de serem cada vez mais participativas na política internacional. E o resto do mundo acentua a sua atenção para África. Como exemplo disso, tem-se a criação do Comando Norte-Americano para África (AFRICOM) e uma atitude pró-activa por parte da União Europeia (UE) para intensificar o diálogo, evidenciada na criação da African Peace Facility em 2004 e na mais recente Cimeira UE-África, em Lisboa. Esta última cimeira teve em conta uma parceria político-estratégica, consubstanciada na Declaração de Lisboa^[12] que tem como compromissos construir uma nova parceria político-estratégica, a Estratégia Conjunta África-UE^[13] para o futuro, ultrapassando a tradicional relação doador-receptor e partindo de valores e objectivos comuns, na via da paz, da estabilidade e do Estado de direito, do progresso e do desenvolvimento. A Declaração de Lisboa assume como compromissos fundamentais a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; a constituição de uma sólida arquitectura de paz e segurança em África; o reforço do investimento, do crescimento e

da prosperidade através da integração regional e do estreitamento dos laços económicos; a promoção da boa governação e dos direitos humanos e a criação de oportunidades para moldar a governação mundial num quadro aberto e multilateral. Esta aproximação expressa a ideia de uma relação directa entre o desenvolvimento sustentado e a paz e segurança, sendo a sua relação biunívoca^[14]. Infelizmente, África tem sido, e continua a ser, palco de conflitos violentos em que a falência estrutural do Estado e a extrema dificuldade em controlar fronteiras possibilitam a acção do crime organizado, a acção de grupos terroristas e fracturas políticas, ideológicas e religiosas. Além disso, a competição por recursos, como a água e o petróleo comprometem a sua recuperação e consolidação^[15].

Não obstante esta multiplicidade de problemas, pensamos que o seu ponto central é a existência de Estados com instituições fracas. Estados que toleram escalada galopante de conflitos e criminalidade são um sério problema para a segurança e estabilidade internacionais, bem como para a sua prosperidade. Por conseguinte, dois dos principais objectivos em qualquer intervenção em África para lidar com Estados frágeis ou falhados é a promoção da boa governação e desenvolvimento económico, sendo este último altamente dependente do primeiro e, ao mesmo tempo que se afirma o desenvolvimento económico num Estado ou região, são estabelecidas relações de proximidade entre as instituições e as pessoas e entre os Estados, que facilitam a promoção da boa governação e da estabilidade. Entra-se assim num ciclo vicioso de dependência directa.

Para se poder perspectivar o papel do instrumento militar na resolução daquela equação, é necessário que se clarifique o significado de Estado falhado. Os militares percebem bem os aspectos relacionados com a defesa, no sentido estrito, mas não estão tão habituados a lidar com os aspectos que se relacionam com o bom funcionamento das instituições políticas e com o desenvolvimento económico. Na ONU, a segurança e a estabilidade são reconhecidos remédios para a resolução de outros problemas^[16]. A tradicional visão dos aspectos de defesa associados ao controlo e defesa de fronteiras tem vindo a ser substituído pelo reconhecimento de que a lei e a ordem, a promoção da justiça e a manutenção de ambientes estáveis são basilares para ganhar o apoio da população e para o reforço das instituições^[17].

2. A Evolução da CPLP: Estabelecer uma Rede de Interesses e Promoção na Comunidade Internacional

Ao carácter predominantemente intra-estatal da conflitualidade em África impõe-se uma nova noção de fronteira, um conceito de segurança alargado e a decorrente necessidade de partilha de solidariedades e responsabilidades que extravasa o Estado, embora o Estado seja o elemento mais importante para a estabilidade da região^[18]. O que extravasa a responsabilidade e capacidade típica dos Estados pode ser garantido, com mais ou menos sucesso, por organizações internacionais. No contexto Africano, a ONU e a União Africana (UA) assumem-se como os actores principais para esse desiderato. A ONU, em

concordância com a Carta, actua de acordo com o primado do interesse comum, do progresso da paz e da segurança numa perspectiva de alcance global. Todavia, a sua reconhecida incapacidade de acorrer a todas as situações e locais, fê-la apoiar-se em outras organizações internacionais, nomeadamente as regionais. Dado que as organizações internacionais se constituem como um cada vez mais importante actor nas relações internacionais, é do bom senso considerar o modo de operacionalizá-las.

A ideia da CPLP surgiu de considerações de natureza linguística e histórica-cultural, devido em especial à presença de Portugal no mundo ao longo de cerca de cinco séculos. De acordo com Adriano Moreira, a “expressão comunidade designa um grupo social ao qual se pertence sem escolha, identificado em termos de vida comum, interesse comum, cooperação e interacção entre os seus membros na busca da realização desse interesse”^[19]. Rege-se pelo afecto, pelo sentimento de pertença, pela informalidade das normas, práticas e costumes e pelos laços que ligam os indivíduos ao longo de gerações. Todavia, é o conjunto de interesses comuns partilhados que define uma comunidade^[20].

Ao afirmar-se como uma comunidade plural, unida em torno do factor linguístico, a Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) constitui-se como um instrumento central na cooperação lusófona, nomeadamente para o desenvolvimento sustentado dos seus membros^[21]. Criada em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe), tinha como instrumento principal o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da sua promoção e difusão. A ideia central desta comunidade baseou-se numa herança histórica comum, unida pelo idioma, e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia.

Em Fevereiro de 1994, os sete ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, decidiram recomendar aos seus Governos a realização de uma Cimeira de Chefes de Estado e de Governo com vista à adopção do acto constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Os ministros acordaram, ainda, a constituição de um Grupo de Concertação Permanente, sediado em Lisboa e integrado por um alto-representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal - Director-Geral de Política Externa - e pelos Embaixadores acreditados em Lisboa, única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP^[22]. Nos seus estatutos, a CPLP é definida como “o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros” particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico, técnico-científico e interparlamentar^[23]. De acordo com o objectivo deste texto, cujo objecto se orienta na segurança e defesa no âmbito da CPLP, pretende-se destacar dos seus princípios básicos o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; e a promoção do desenvolvimento. Dos objectivos da Comunidade, destacam-se a concertação político-diplomática entre os seus Estados-membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional e a cooperação no âmbito da defesa e segurança pública^[24].

A área do globo terrestre ocupada pelos oito membros da CPLP é de cerca de 10.742.000 Km² distribuída por quatro continentes: América, África, Europa e Ásia^[25]. A dimensão marítima dos países da CPLP é de extrema relevância, bastando relacionar as oito linhas de costa com as 12 milhas de águas territoriais, 24 milhas de águas contíguas, as 200 milhas de Zona Económica Exclusiva (ZEE) e as 200 milhas de Plataforma continental de Portugal e do Brasil num total de 7.142.753 km² de área, o que representa cerca de 2% dos mares do mundo (361.126.222 Km²), dos quais 5.742.922 Km² são ZEE.^[26] Para além das inerentes riquezas, a importância da dimensão marítima plasma-se também no controlo de pontos nevrálgicos estratégicos das rotas marítimas de maior utilização no Atlântico Médio, no Canal de Moçambique e no Mar de Timor. A população da CPLP é de cerca de 250 milhões^[27] de habitantes, mas se a isso se somar as diásporas espalhadas pelo mundo, rapidamente se percebe a importância da disseminação da língua portuguesa como elemento central na estratégia da comunidade.

A integração dos países da CPLP nos respectivos grupos regionais, Portugal na União Europeia, os cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na UA, a Guiné-Bissau na União Económica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), o Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Timor inserido na Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e Angola e Moçambique na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), são uma excelente oportunidade para estabelecer uma rede de interesses para atingir os objectivos estratégicos da CPLP, nomeadamente tornar-se um actor relevante. Dos oito Estados membros da CPLP, cinco situam-se no continente africano e os restantes situam-se em continentes distintos. Esta abordagem também é plausível se tivermos em conta que Portugal e o Brasil têm obrigações especiais, tanto pela sua capacidade económica, nível de desenvolvimento das suas estruturas sociais, pelo número de cidadãos que falam português, bem como pela própria origem da língua, como foi transmitido pelo Secretário Executivo da CPLP, na sua comunicação, no Fórum da Lusofonia^[28]. Pelas razões expostas, o cenário por excelência de actuação da CPLP será o continente africano.

A Comissão Europeia tem tido como objectivo reforçar a cooperação com os Estados-Membros da CPLP e com a própria CPLP, num processo que tem contribuído para o aumento da visibilidade e a tomada de consciência para esta importante realidade da cena internacional que é o espaço da Lusofonia. No âmbito das acções de reforço da cooperação entre a União Europeia e a CPLP destaca-se o estabelecimento de cooperação formal entre a Comissão Europeia e a CPLP, através de um Memorando de Entendimento entre as partes, a cooperação entre a UE e os PALOP no âmbito do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento^[29] incluindo, também, Timor-Leste e o estabelecimento duma parceria estratégica entre a UE e o Brasil^[30].

Em Dezembro de 2007 em Lisboa, na cimeira Europa-África, os Chefes de Estado ou de Governo adoptaram uma estratégia conjunta com o objectivo de dar uma nova dimensão estratégica às suas relações, caracterizada por um reforço da parceria política e aprofundamento da cooperação a todos os níveis. A estratégia conjunta centraliza-se em

oito parcerias: Paz e Segurança; Governação Democrática e Direitos Humanos; Comércio e Integração Regional; Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; Energia; Alterações Climáticas; Migração Mobilidade e Emprego; Ciência, Sociedade de Informação e Espaço^[31]. Por causa do objecto do tema deste texto vai-se focalizar a análise na parceria Paz e Segurança, embora este tenha implicações e seja implicado, directa e indirectamente, com as restantes sete parcerias.

De acordo com Pierre-Michel Joana^[32], no âmbito da aplicação da estratégia conjunta na parceria Segurança e Paz, as prioridades de acção são a prevenção de conflitos, a formação e treino de forças, reconstrução pós-conflito, as quais são, ao mesmo tempo, os “building blocks” da arquitectura de paz e segurança africana.

O objectivo da prevenção de conflitos é reforçar a capacidade de alerta precoce das estruturas político-militares da UA e de outras organizações regionais. Quanto à formação e treino de forças armadas, o objectivo é auxiliar as African Standby Forces (ASF) a adquirir a capacidade operacional inicial no final do ano 2010, para a qual a UE contribui desde 2008 através da sua participação no ciclo de certificação de forças AMANI AFRICA-EUROCAMP que se iniciou em Addis Abeba em 2008. No âmbito da reconstrução pós-conflito, o objectivo é partilhar a experiência adquirida pelas duas partes, nomeadamente no âmbito do sector da segurança, do desarmamento, na luta contra a proliferação de armas de fogo de pequeno calibre, contra o terrorismo e contra o tráfico de droga^[33].

A UE e a CPLP partilham os mesmos valores, princípios e objectivos e pretendem colaborar na promoção da paz, da democracia e do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a cooperação multilateral como o meio mais eficaz para atingir esses objectivos. Abordarão as questões de carácter político através do diálogo e da cooperação, nomeadamente no que diz respeito à prevenção, gestão e resolução dos conflitos nos países da CPLP. Também explorarão as possibilidades de intervenções conjuntas destinadas a apoiar os princípios da governação democrática e a beneficiar os membros ACP - Estados de África, Caraíbas e Pacífico - da CPLP - PALOP e Timor-Leste. Estas iniciativas contribuíram para o reforço da afirmação política do espaço lusófono e para a cooperação entre todos os estados lusófonos, independentemente dos acordos bilaterais que tinham com a UE.

A relação dos países da CPLP com as Organizações Regionais Africanas (ORA) é um facto muito importante a ter em conta na sua afirmação internacional. As ORA são actores a considerar nos seus espaços de influência, em especial aquelas que têm primado por liderar o processo de desenvolvimento e de segurança, tais como a UA, a Southern African Development Community (SADC), a Economic Community of West African States (ECOWAS) e a Economic Community of Central African States (ECCAS) que têm intervindo, ao seu nível, no âmbito do apoio ao desenvolvimento económico e da segurança regional, especialmente na mediação e prevenção de conflitos, na intervenção militar e na contenção de criminalidade, contribuindo para um reforço da segurança regional em África, condição necessária para se alcançar o desejado desenvolvimento

sustentado. A Arquitectura de Paz e Segurança Africana (APSA) apresenta actualmente dois níveis aparentemente diferentes mas perfeitamente interligados e com sinergias próprias. O nível regional é protagonizado pela UA que pretende ser o topo do sistema integrado de segurança continental para o século XXI. Interdependente e alinhado estrategicamente deste, está um segundo nível (sub-regional), onde se inserem as cinco principais organizações^[34], compostas por 54 países que integram a quase totalidade do continente africano, onde se inserem os cinco países africanos pertencentes à CPLP^[35].

A concertação político-diplomática possibilitou à CPLP desempenhar um papel de relevo na gestão de situações de instabilidade e conflito nalguns países membros, bem como garante da democracia. Destaca-se o papel activo nesta área, nomeadamente com o envio de missões de observação às eleições^[36] realizadas nos últimos anos em Timor-Leste, Angola e, mais recentemente, na Guiné-Bissau e Moçambique. A concertação político-diplomática facultou à organização um amplo reconhecimento internacional, sendo hoje participante de vários *fora* privilegiados, gozando do estatuto de observador na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

De acordo com Marques dos Santos, estes objectivos da CPLP transcendem o seu espaço territorial ao assumir-se que a valorização e difusão da lusofonia devem constituir interesses permanentes dos respectivos Estados, numa perspectiva de projecção estratégica da comunidade. Inserindo-se num movimento de criação de grandes espaços, a CPLP institucionaliza e alarga o conceito de lusofonia ao haver a consciência de que, para além dos responsáveis políticos, se abre a vários sectores da sociedade civil, como por exemplo ao tecido económico, financeiro, empresarial, aos responsáveis pela formação universitária e das organizações não-governamentais (ONG), constituindo-se um verdadeiro instrumento da projecção estratégica não confinado aos assuntos de defesa nacional^[37]. Todavia, é necessário reconhecer que são as questões de defesa, especialmente as que envolvem a componente militar, que mais facilmente são operacionalizadas, essencialmente porque estão intimamente ligadas aos conceitos estratégicos e mais facilmente são justificáveis a afectação de recursos e a acção da política externa em termos de celebração de acordos, tratados, participação em alianças, cooperação técnico-militar e empenhamento em operações militares de carácter expedicionário.

Quando foi assinada a sua Declaração Constitutiva, a CPLP não tinha como objectivos a cooperação no domínio da Defesa. Todavia, a necessidade de colmatar esta lacuna levou os Ministros da Defesa, em 1999, a aprovar um documento sobre a Globalização da Cooperação Técnico-Militar, tendo também sido criado o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD). Dois anos depois, na VI reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Julho de 2001, foram revistos os estatutos da CPLP para que nos objectivos da Comunidade se incluísse a cooperação na área da defesa. No seguimento desta alteração, em Setembro de 2006, foi aprovado o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa. Este Protocolo define princípios gerais de cooperação entre os Estados-Membros da CPLP, tendo como objectivo promover e facilitar a cooperação entre os Estados Membros através da sistematização e clarificação das acções a empreender,

criando uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de defesa e militar, promovendo uma política comum de cooperação nas esferas da defesa e militar, e contribuindo para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das suas forças armadas.

Embora se deva notabilizar esta evolução, para poder ser uma realidade relevante ao nível internacional, a CPLP deve ser entendida como um forte contributo ao reforço da afirmação de cada um dos seus membros nos respectivos contextos regionais em que se insere^[38]. O funcionamento normal da CPLP, através do desenvolvimento das suas linhas de actuação - concertação político-diplomática, cooperação em todos os domínios e promoção e difusão da língua portuguesa - deve ser levado a cabo com a finalidade de conferir um maior peso específico à comunidade que se traduz obrigatoriamente em termos de reconhecimento internacional e na projecção do seu peso específico nos contextos geopolítico, geoeconómico e institucionais multilaterais diversificados, onde se inserem os seus membros. Na realidade, a CPLP afirma-se no plano internacional como uma “realidade política” incontornável através da construção de um grande espaço desterritorializado definido por uma fronteira cultural e linguística comum, transversal e solidária, de expressão afectiva, social e humana, através dos seguintes elementos: promoção da convergência dos indivíduos e dos povos através da atenuação das fronteiras convencionais; estabelecimento de um novo quadro de relações sócio-culturais; estabilizador dos contextos regionais de relacionamento, integrando espaços e territórios segundo uma lógica própria^[39].

Cientes de uma nova abordagem na componente de segurança e defesa que tem como centro de gravidade o reconhecimento da necessidade da cooperação e como elemento chave a interdependência nos esforços de cada actor, os membros da CPLP devem encarar essa componente no sentido mais lato, do que à primeira vista possa parecer, para que a Comunidade se possa tornar um actor relevante, especialmente em África. Todavia, é necessário reconhecer que as possibilidades de cada um dos seus membros são muito variáveis e que importa fortalecer cada um dos seus membros com o potencial adequado, a partir da convergência de esforços daqueles que mais capacidades podem dispor. Para o levar a cabo, os mecanismos ao dispor da CPLP são essencialmente os exercícios da série FELINO, o Centro de Análise Estratégica (CAE) e o SPAD^[40].

O SPAD é o “coração e o cérebro” da componente de defesa da CPLP e tem como missão estudar e propor medidas concretas para a implementação das ideias de cooperação multilateral. Todavia, a sua missão não se coaduna com os factos de não dispor de verba própria e estar vinculado à Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Nacional de Portugal, incluído no departamento de Cooperação Técnico-Militar. Segundo Luís Bernardino, para operacionalizar os seus objectivos, o SPAD necessita de um “crescimento institucional”, acompanhado pela vontade política de ter na componente de defesa um instrumento de afirmação da comunidade, que poderiam ser traduzidos na sua multinacionalidade e no reforço das suas atribuições^[41].

Para fazer o acompanhamento das tendências na área da segurança e defesa, a CPLP

dispõe do CAE, actualmente localizado em Maputo (Moçambique), cuja missão principal é pesquisar e divulgar conhecimentos com importância capital para a Comunidade. Tendo como objectivo principal a promoção do estudo de questões estratégicas de interesse comum que facilitem a concertação dos seus membros, o CAE/CPLP está disseminado pelos seus membros através dos Núcleos Nacionais Permanentes. Com constituição da responsabilidade de cada Ministro da Defesa, ao CAE são definidas temáticas para análise, de acordo com as preocupações da Comunidade, para que sejam discutidas nas reuniões ou em seminários promovidos para o efeito^[42]. Todavia, nem sempre se conseguem atingir os objectivos propostos, o que pode indiciar, desde logo, a não atribuição da importância que este órgão merece dentro da CPLP. Com o estabelecimento de uma relação próxima ao mundo académico em cada um dos países, a CPLP poderia estabelecer uma rede de interesses que em muito fortaleceria a Comunidade e a projectava ao nível internacional, já que não se deve esquecer que cada um dos países membros pertence também a outras organizações^[43].

Por último, de âmbito estritamente militar, a CPLP organiza anualmente, desde 2000, os exercícios conjuntos e combinados da série FELINO, no âmbito da cooperação técnico-militar. Estes exercícios são uma excelente oportunidade para testar a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros da CPLP e o seu treino para o emprego em operações de paz e de assistência humanitária, sob a égide da Organização das Nações Unidas. No âmbito da defesa, este parece ser o seu instrumento mais desenvolvido, o que pode ser determinante para acreditar a CPLP ao nível internacional.

Estes exemplos do esforço da CPLP são bons indicadores do caminho que se deverá seguir no futuro: passar de uma organização com “energia potencial” para uma organização com “energia cinética”. E parecem existir excelentes condições para o levar a cabo. Concretamente, queremos referir-nos à posição geográfica dos seus membros; à actual importância da segurança e defesa; e ao despertar dos EUA para o Atlântico Sul e para África.

Perceber a importância estratégica da CPLP parte da compreensão da posição geográfica - e logo geopolítica - dos seus membros. Sendo a maior parte deles banhados pelo Atlântico, que em tempos serviu mais para unir do que separar a Europa a África e à América e que hoje representa uma importante via de comunicação entre a maior parte das nações mais industrializadas e com poder de compra do planeta, e com as pretensões de vários países na extensão da sua placa continental, facilmente se percebe a sua importância. E se a isto se associar o facto de esses membros estarem disseminados por África, Europa e América, no Atlântico Sul e no Atlântico Norte, melhor se percebe o que a CPLP pode representar num mundo que cada vez mais é globalizado.

3. A importância do Instrumento Militar e o Papel de Portugal

A análise que se segue tem em conta dois pontos de referência: o emprego do

instrumento militar no quadro da cooperação portuguesa em África; e a utilização do instrumento militar como vector da “política externa” da CPLP. A afirmação de Portugal como motor da Comunidade resulta não só de um passado comum com os restantes Estados-Membros, mas também da importância que a UE, ONU e NATO têm na promoção da segurança, estabilidade e desenvolvimento. Além disso, fica também estabelecida uma rede de contacto e de promoção de interesses nas organizações a que todos os países pertencem. Portugal tem sido reconhecido como um dos impulsionadores principais da CPLP e nação líder em muitos dos processos no âmbito da defesa e segurança^[44].

a. O Quadro da Cooperação Portuguesa em África: Os Alicerces Internos da Componente de Segurança e Defesa da CPLP

De acordo com o General Pinto Ramalho, a cooperação sempre constituiu para Portugal um vector estruturante da sua política externa, nomeadamente na relação de Portugal com África. A ligação histórica a África, o facto de ser membro fundador da OTAN e membro da União Europeia, reflectem a necessidade, a aptidão e a vontade política de se relacionar com espaços que, embora possam estar geograficamente distantes, fazem de Portugal um actor relevante no sistema internacional. Isto tem facilitado o estabelecimento de relações que privilegiam o diálogo com África, nomeadamente com os PALOP e com a UA^[45].

Há cerca de vinte anos que a CTM com os PALOP e, mais recentemente, a partir de 2002, com Timor-Leste se tem afirmado como um importante instrumento da política externa de Portugal e que tem contribuído para o reforço das instituições nos países receptores. Deve aqui salientar-se que o efeito pretendido é essencialmente o fortalecimento das Forças Armadas como instituição estruturante do Estado. A aposta tem sido a assessoria técnica em termos de formação de pessoal e cedência de material.

Na tentativa de dar um impulso multidimensional à cooperação com África, o governo português apresentou o seu conceito através do documento “Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”. Este documento traduz, de forma estruturada e com visão política, as prioridades de Portugal e princípios de actuação, potenciando as mais-valias da cooperação bilateral no quadro das dinâmicas, cada vez mais exigentes e necessariamente mais coordenadas, da cooperação internacional^[46].

Na sequência deste documento, foi elaborado o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)^[47], cujo objectivo foi aproveitar a dupla experiência do Ministério da Defesa Nacional e dos Ramos das Forças Armadas, a primeira no âmbito da participação muito activa de Portugal na OTAN e na União Europeia (UE), e a segunda pela longa experiência de CTM em proveito dos países africanos no âmbito da segurança e desenvolvimento, com a finalidade de promover a afirmação e a visibilidade internacional de Portugal. Este programa tem quatro eixos de acção: (1) a capacitação institucional no âmbito da segurança e defesa; (2) a formação de militares dos países africanos; (3) a cooperação com organizações regionais e sub-regionais; e (4) a mobilização da agenda

africana nas políticas e estratégias das organizações de segurança e defesa, em particular a UE e a OTAN. Este documento acaba por ser o conceito operativo para o reforço da CPLP ao nível interno e ao nível externo^[48].

Da análise atenta a este documento, salienta-se com muita facilidade que os dois primeiros eixos, por serem de excepcional importância para o reforço do Estado e das suas instituições, são os factores mais importantes para credibilizar a promoção da importância internacional da CPLP.

b. A Relevância do Instrumento Militar: Oportunidade para Portugal

O instrumento militar é um factor determinante na afirmação internacional da CPLP no contexto regional e global em que os seus membros se inserem. A Comunidade identifica-se plenamente com o espaço estratégico que define a sua disseminação por quatro continentes e também pelas presenças dos seus membros na UE, OTAN, UA, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), congregando um conjunto de capacidades para potenciar um diálogo e uma acção mais activos com as ORA no domínio da prevenção e resolução de conflitos e do *statebuilding*^[49]. Para que isso comece a ser uma realidade é necessário fazer convergir esforços de preparação da Comunidade para atender aos problemas típicos de segurança em África.

Como se pretendeu ilustrar anteriormente, a matriz da instabilidade e consequente insegurança estão intimamente ligadas à falência do Estado. E como as fronteiras são difíceis de controlar e o seu traçado representa uma lógica do passado, facilmente se pode estabelecer uma relação directa entre instabilidade intra-estatal e instabilidade internacional, pelo menos ao nível regional.

Deste modo, parece de toda a lógica estabelecer uma ligação entre a estabilidade e a segurança e boa governação. Governação é um conceito mais lato do que governo e engloba como elementos principais a constituição e os três poderes básicos internos: legislativo, executivo e judiciário. Está relacionada com o processo das sociedades se organizarem para atingir objectivos e interesses colectivos. A governação inclui administração pública e estruturas estatais, o exercício do poder e autoridade, elaboração e implementação de políticas e a relação entre governo e sociedade civil. Em Estados frágeis e falhados a fraca governação é reconhecidamente um catalisador para a conflitualidade interna. Isto quer dizer que um governo, por si só, não consegue alcançar os objectivos necessários para uma sociedade estável e funcional^[50]. Um estado frágil ou falhado não consegue garantir segurança, bem-estar e justiça aos seus cidadãos, porque as suas instituições e mecanismos não existem, são predatórios ou ausentes^[51]. Em termos da relação entre Estado e sociedade, os Estados falhados sublinham a importância das relações positivas entre o governo e os seus cidadãos para se viver em estabilidade. A governação preenche uma série de requisitos básicos, tal como a prestação eficaz de serviços, promoção da participação política aos seus cidadãos e a sua

segurança. Os aspectos de segurança em Estados falhados ou frágeis estão relacionados com os efeitos da guerra, crime e violência, predação da população pelas polícias e militares e não acesso à justiça. Sem segurança e Estado de direito as outras funções da governação são muito difíceis de atingir^[52].

Dependendo da situação particular de cada Estado, a estabilidade pós-conflito focaliza-se no desarmamento, desmobilização e integração, bem como no modo como se lida com as polícias, militares, forças paramilitares, elementos subversivos e agitadores^[53]. Neste caso, os militares para além de serem um elemento central na promoção directa da segurança, em conjunto com as autoridades civis, podem empenhar-se na reformulação, profissionalização e dissolução das forças de segurança causadoras de instabilidade. Esta área da governação está intimamente ligada com a legitimidade das instituições. As forças militares com experiência em operações de apoio à paz em vários teatros de operações, como o caso das forças do Exército Português, bem como elementos subversivos experientes, reconhecem que nada mais afecta a credibilidade do Estado do que a sua incapacidade para proteger os cidadãos.

Na medida em que o Estado é o garante da segurança, assume o monopólio do uso da força e autoriza determinadas organizações a usar a força na sua defesa e na manutenção da ordem pública. Se o Estado não o conseguir, outros grupos vão assumir essa tarefa, aumentando o risco de instabilidade e o descontrolo da situação. Por esse motivo, é de extrema importância a Reforma do Sector de Segurança (RSS) como actividade capaz de trazer a estados Frágeis ou falhados os alicerces para o estabelecimento da ordem e da segurança.

A RSS é uma nova disciplina no contexto das operações de estabilização e de apoio à paz, tendo sido os maus exemplos da Libéria, Haiti e Kosovo que começaram a fazer despertar a sua importância no contexto da edificação dos Estados, assumindo uma importância paralela às linhas de operações da segurança, governação e assistência humanitária^[54].

Em termos genéricos, a RSS é compreendida como uma série de políticas, planos, programas e actividades levadas a cabo pelas partes interessadas a fim de melhorar as condições do Estado hospedeiro para promover a segurança e a justiça junto da população civil, no âmbito do Estado de Direito. Por seu lado, o Estado de Direito é o princípio através do qual as pessoas, instituições, entidades públicas e privadas, e o Estado em si mesmo, respeitam as leis que são emitidas, obrigadas a cumprir e arbitradas de forma independente, em consonância com o direito internacional humanitário e outros padrões internacionais legais^[55]. A RSS tem por objectivo levar a cabo um conjunto de programas para tornar eficaz e legitimar o sector da segurança que está directamente ligado ao Estado de Direito. Quer isto dizer que o sector de segurança alvo deste programa se relaciona com os órgãos do governo directamente ligados ao poder coercivo do Estado, interno e externo: as forças armadas e as forças policiais. As suas actividades típicas têm como foco as forças militares, as forças policiais, serviços de informações, justiça, tribunais e desarmamento, desmobilização e reintegração^[56].

Na comunidade internacional tem havido tentativas de padronizar e integrar a RSS através de mecanismos de colaboração entre as questões de defesa e as de desenvolvimento. Em particular, pode-se salientar os esforços da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e na ONU, entre outros^[57]. Estas referências tiveram eco nas políticas do Canadá, Reino Unido, EUA e OTAN, o que desde logo representa um passo em frente nesta área de actividade no âmbito da promoção da paz, estabilidade e segurança^[58].

Para a ONU, as actividades que se focalizam na manutenção e promoção da paz, estão directamente ligadas com a RSS. Esta é apoiada através das actividades das operações de manutenção de paz e de missões de restabelecimento da paz. Nessa organização, a RSS é um elemento fundamental para o processo de estabilização^[59]. Para a OCDE, o desenvolvimento e a segurança estão intimamente ligados. A agenda para a RSS pretende incrementar a capacidade dos parceiros atingirem um estado de segurança consistente com o regime democrático e o funcionamento das instituições, porque reduz o risco de violência e promove a actividade económica^[60]. Também para a UE e para a OTAN a RSS é um elemento central na promoção da estabilidade, e é um factor crítico no acesso às respectivas organizações.

A relação entre a conflitualidade típica em África e o papel que o instrumento militar tem, pode ser o caminho seguro para dar credibilidade a uma organização como a CPLP. Depois de termos apresentado a CTM, com foco centrado na RSS, como elemento preponderante no reforço interno da CPLP, resta apresentar como é que isso pode ser um factor primordial na sua capacidade de intervenção, estabilização e transformação.

Os conflitos internos criam fluxos de refugiados que destabilizam os Estados vizinhos e facilitam a proliferação de condições propícias ao crime organizado, que com lucros fabulosos facilmente adquire armas e outros equipamentos militares. É comum a proliferação de imagens sobre guerras civis através da televisão e da internet que demandam intervenções, porque é difícil ver morrer milhares de pessoas e fazer de conta que nada se está a passar. Os conflitos internos são também a causa principal da existência de Estados fracos e falhados, que são um excelente local para organizações terroristas encontrarem abrigo. Isto quer dizer que os conflitos internos passaram a ser uma das causas mais que mais preocupa a comunidade internacional, porque a segurança, como objectivo, deixou de ser resultado de acções atomizadas para passar a ser encarada de forma holística.

Quando se trata de instabilidade e agressão indirecta, o resultado da intervenção da comunidade internacional deve ser a melhoria das condições que as causam em vez da sua contenção. Isto quer dizer que se a acção não tiver como alvo a causa da instabilidade, então a instabilidade tem elevadas probabilidades de reemergir. Por conseguinte, a instabilidade que tem origem na fraqueza do Estado só pode ser resolvida de uma forma mais duradoira se o Estado se alicerçar em instituições que facilitem a sua aderência às regras da comunidade internacional. E neste âmbito, o instrumento militar pode desempenhar um papel crucial, porque dispõe dos meios mais importantes para

transformar estados belicosos em Estados estáveis. O que é necessário é a implementação de conceitos estratégicos para transformar forças, líderes e conceitos. Conceitos como operações de combate de grande envergadura, operações de apoio à paz, contra-subversão e outros, são apenas parte da solução.

Intervenção, Estabilização e Transformação (IET) é o meio pelo qual se projecta poder contra uma fonte de instabilidade, levando a cabo um conjunto de actividades para garantir uma estabilidade duradoura no Estado ou região. Isto quer dizer que uma operação militar nesse âmbito corresponde ao empenhamento de meios de várias agências, ou até de vários países, sobre um Estado fraco ou falhado, um Estado em conflito ou um Estado belicoso^[61]. A necessidade de ter de lidar em coligação ou aliança, com agências civis e organizações não governamentais, coloca grandes desafios às forças militares. Cada um dos elementos da IET requer diferentes perícias, abordagens e articulações nas forças militares^[62]. Para se ter sucesso na intervenção, a força deve causar na ameaça a dissuasão suficiente para evitar a resistência. Além disso, apoia-se em forças com equipamentos facilmente projectáveis por meios aéreos e que necessitam de poucos meios para operação e manutenção. Para estabilizar é necessário ter o potencial dissuasor suficiente e ter sensibilidade cultural e política que facilite a interacção dos elementos da força com as populações e com as instituições do país. É necessário trabalhar com organizações não militares e a operação é planeada e conduzida através de linhas de esforço com meios não letais. Transformar, o último elemento, engloba o conjunto de actividades necessárias ao sucesso estratégico da intervenção. Criar uma força de segurança (policías e militares) que seja eficaz e que crie confiança na população, é a chave para o sucesso.

A experiência de Portugal em empenhamentos militares fora do território nacional deve ser entendida como um património de inestimável valor no caso de pretender desempenhar um papel central como elemento catalisador no levantamento e preparação de uma força militar se quiser assumir o importante papel de *Framework Nation* numa hipotética “*Task-Force Lusa*”, com elementos do Exército, Marinha e Força Aérea^[63].

A experiência que a Marinha tem em participação em operações é muito vasta e rica, tendo sido empenhada, quer a nível individual, quer integrada em organizações internacionais ou forças combinadas. Após a participação na missão FREE KOWEIT (1990-1991) seguiram-se várias missões no âmbito da União Europeia Ocidental e da OTAN (1992-1996) no Mar Adriático. Mais recentemente, e logo após o início do “combate ao terrorismo” (2001), teve também participações significativas no âmbito da OTAN, e mais recentemente, ao largo da Somália na Operação ATALANTA. Também o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) e o Destacamento de Acções Especiais (DAE) têm sido um precioso contributo em operações. O CFN esteve presente na Bósnia no âmbito da STABILIZATION FORCE (SFOR-2000), com o DAE a Marinha participou na EUFOR RD CONGO e com destacamentos sanitários participou na ISAF (Afeganistão) e no Paquistão. Destaca-se ainda, a participação com navios na INTERFET e com forças de fuzileiros integradas em unidades do Exército (UNTAET/UNMISSET).

O Exército iniciou a sua participação em operações fora do Território Nacional no início dos Anos 90 em Moçambique, estando actualmente com unidades constituídas no Líbano, Balcãs e Afeganistão, tendo mobilizado cerca de 21 mil efectivos. O empenhamento típico tem sido através de Unidades de Escalão Batalhão (UEB), cuja base tem sido a manobra (Infantaria e Cavalaria), à excepção da actual missão no Líbano (UNIFIL) em que o empenhamento é da Engenharia.

A Força Aérea Portuguesa (FAP) tem também larga experiência, desde a utilização de aeronaves no transporte de Forças Nacionais Destacadas, em operações humanitárias e em operações de combate no âmbito da OTAN. Em virtude do objecto deste texto, destaca-se as operações humanitárias em apoio ao esforço internacional contra os efeitos de catástrofes na Turquia (1999), no Irão (2003), Argélia (2006), Líbano (2006) e em missões de evacuação de cidadãos nacionais e estrangeiros que se viram envolvidos em cenários de guerra civil em alguns países em África. Além disso, a FAP participou também com meios de combate (aviões F-16) na Bósnia (1997), no Kosovo (1998-99) e, mais recentemente, com destacamentos no âmbito da ISAF.

Também as forças policiais (PSP e GNR) têm participado no esforço nacional em proveito da paz internacional. São forças especialmente indicadas para cumprimento de missões relacionadas com a imposição da lei e ordem e formação de forças policiais. A PSP iniciou a sua participação na ex-Jugoslávia (1992) integrada na componente da CIVPOL da UNPROFOR. A GNR iniciou a sua participação em missões de paz em 1995, no âmbito da supervisão do embargo da ONU à ex-Jugoslávia. Ambas as forças policiais têm sido utilizadas como monitores de Polícia Civil e com unidades constituídas. A GNR tem 14 anos de experiência em operações de paz, com missões em Angola, Timor, Costa do Marfim, Haiti, Congo, Faixa de Gaza, Balcãs e Iraque.

Portugal, membro fundador da OTAN e Estado pertencente à UE, tem sido um dos principais contribuidores para a produção de segurança na Europa. Sendo um pequeno Estado e com recursos limitados, Portugal tem empenhado meios significativos na resolução de conflitos e na reconstrução de Estados na Europa, África e Ásia. E este capital de competências adquirido nestes últimos vinte e cinco anos deve ser o motor impulsionador para relevar Portugal no âmbito da CPLP a fim de a tornar uma organização mais eficaz e actuante nas suas áreas de interesse. Neste quadro, pretende-se capitalizar da formação de quadros civis e militares, veicular um pensamento estratégico comum, promover a interoperabilidade entre as forças militares e componentes não militares e dar sentido à importância geoestratégica dos mares na comunidade através da criação de uma componente naval.

Com os Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP pretende-se o reconhecimento internacional através da sua importante missão de certificar quadros civis e militares para desempenho de funções no âmbito alargado das operações de paz, estendendo a admissão de formandos a outros países para além da CPLP. Também será de considerar a experiência de Portugal na certificação de forças, podendo este centro de excelência ser o centro de gravidade dessa actividade no continente africano. Desta forma, além do reforço interno das competências, veiculava-se a capacidade e a

experiência acumuladas pelas inúmeras missões em que Portugal se tem empenhado.

A execução dos exercícios da série “FELINO” é um excelente exemplo da importância que é colocada na componente de segurança e defesa da CPLP e na promoção da interoperabilidade. Para além de a promover em termos de procedimentos, é também um excelente momento para disseminar conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de formação e das experiências acumuladas em missões. Até agora, parece ser o instrumento mais sólido que a CPLP tem de para se afirmar, levando a pensar que a sua promoção junto de outros países e organizações poderia ser um passo muito importante no reforço da CPLP e ao mesmo tempo um veículo da credibilidade dos seus militares, do qual já teve os primeiros ecos com a possibilidade de inclusão de observadores externos à Comunidade.

Um outro ponto importante para o reforço do papel de Portugal junto da CPLP e na credibilidade desta seria a inclusão de uma componente naval. Seria o reconhecimento da importância estratégica que o mar tem na Comunidade e uma excelente oportunidade para a Marinha Portuguesa, dado que só Portugal e Brasil têm meios disponíveis adequados às missões típicas que se espera desempenhar no âmbito de uma intervenção da CPLP. Para além de ser um meio essencial na projecção e sustentação de forças, a Marinha pode desempenhar missões militares no âmbito da segurança e defesa e como instrumento de imposição da soberania dos Estados através do controlo do tráfego, vigilância costeira e formação de quadros. Deste modo, conseguia-se uma complementaridade importante na flexibilização do emprego de forças.

Como ficou aqui sumariamente descrito, Portugal encontra-se em excelente posição para assumir-se como *Framework Nation* na constituição de uma “*Task Force Lusa*”, para a qual em muito contribui a larga experiência dos seus militares e polícias em missões de apoio à paz.

* Tenente-Coronel de Infantaria. Professor de Tática na Área de Ensino Específico do Exército no IESM.

[1] Cf. BOUCHAT, Clarence J. *Security - Security and Stability in Africa: A Development Approach*. The Letort Papers. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, January 2010 (ISBN 1-58487-421-X), pp. 1-3.

[2] CIA - The World Factbook (info de Brasil e Haiti). Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html> (consultado em 24 Março, 16h45).

[3] MOTLAGH, Jason - U.S. Eyes Sahara Desert in Global Terror War. *Washington Times*, November 17, 2005. Disponível em <http://www.hartford-hwp.com/archives/27e/727.html> (consultado em 24 Março, 16h45).

[4] Friedmann Muller - Europe Must Diversify Its Energy Sources. *IP Global* (2/2003), p. 35.

[5] Cf. Bouchat, Ob. Cit., p. 4.

[6] Cf. U.S. Geologic Survey - *Mineral Commodity Summaries 2010*. Washington: U. S. Government Printing Office, 2010. Disponível em <http://minerals.usgs.gov/minerals/pubs/mcs/2010/mcs2010.pdf> (consultado em 25 de Março às 15h30).

[7] Cf. CARTER, Rachel Bonham - *'Unite Against Malaria' - Africa Malaria Day 2005*. New York: United Nations International Children's Emergency Fund, April 25, 2005. Disponível em http://www.unicef.org/health/index_26163.html (consultado em 25 Março 2010 às 16h00).

[8] Cf. BARNES, Sandra T. - Global Flows: Terror, Oil, and Strategic Philanthropy. *Asian Studies Review*, Vol. 48 (1). Disponível em http://muse.jhu.edu/journals/african_studies_review/v048/48.1barnes.pdf (Consultado em 25 Março 2010, 17h00), p.17-18.

[9] HUMAN SECURITY REPORT PROJECT - *Human Security Brief 2007*. Vancouver, Canada: Simon Fraser University, May 2008, pp. 38-39. Disponível em http://www.humansecuritybrief.info/HSRP_Brief_2007.pdf (consultado em 26 de Março de 2010 às 09h30).

[10] HARI, Johann - How We Fuel Africa's Bloodiest War. *The Independent*, October 30, 2008. Disponível em <http://www.independent.co.uk/opinion/commentators/johann-hari/johann-hari-how-we-fuel-africas-bloodiest-war-978461.html> (Consultado em 26 de Março de 2010 às 09h30).

[11] Cf. Bouchat, Ob. Cit., p. 10.

[12] Disponível em <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/FFF6926D-18AF-437C-967A-99DEB2E85D81/0/LISBONDeclarationPT3.pdf> (Consultado em 08 de Abril de 2010 às 11h30).

[13] Disponível em <http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/4A20D946-682C-40B5-8B84-3A553B5831A8/0/071207jsapptlogosFORMATADO.pdf> (consultada em 08 de Abril de 2010 às 15h15).

[14] Cf. RAMALHO, Pinto - Uma Perspectiva Portuguesa sobre Segurança em África. *Estratégia*, Vol. XVIII (2009), pp. 256-258.

[15] Ibidem, p. 256.

[16] *United Nations Peacekeeping Operations: Principles and Guidelines (UNPKOPG)*. Capstone Doctrine, United Nations. Secretariat New York: Department of Peacekeeping Operations, January 18, 2008, pp. 29-30. Disponível em http://peacekeepingresourcehub.unlb.org/Pbbs/Library/Capstone_Doctrine_ENG.pdf (consultado em 26 de Março de 2010 às 15h55)

[17] Department of the Army - *Field Manual 3-07 Stability Operations*. Washington DC: U.S. Government Printing Office, 2008, pp. 2-6 - 2-10.

[18] Ramalho, Ob. Cit., p. 263.

[19] MOREIRA, Adriano - *Teoria das Relações Internacionais*. 3ª Edição. Coimbra: Almedina, 1999, p. 24.

[20] Cf. LOPES, Carlos - Entre o Regional e o Global. In CPLP. Entre Perspectivas e Realidades. In *O Mundo em Português* nº 45-47 (Junho-Setembro de 2003). Lisboa: Princípia e Instituto de estudos Estratégicos Internacionais (Disponível em <http://www.ieei.pt/publicacoes/artigo.php?artigo=526>, consultado em 12 de Abril de 2010 às 17h05).

[21] Cf. BERNARDINO, Luís Manuel Brás - *Estratégias de Intervenção em África: Uma Década de Segurança e Defesa na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Prefácio, 2008, p. 173.

[22] <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=45> (Consultado em 29 de Março de 2010 às 13h30).

[23] <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=49> (Consultado em 29 de Março de 2010 às 18h30).

[24] *Ibidem*, Estatutos (Revisão do Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2007) (Consultado em 29 de Março de 2010 às 18h30).

[25] CPLP, 2006. *Pensar, Comunicar, Actuar em Língua Portuguesa - 10 Anos da CPLP*. Disponível em <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=104> (consultado em 08 de Março 17h30).

[26] *Ibidem*.

[27] Corresponde à soma da população dos oito estados membros, dados obtidos em CIA - The World Fact Book. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/iz.html> (consultado em 08 de Março 17h30).

[28] CPLP, 2006. *Pensar, Comunicar, ...*, Cit.

[29] Décimo FED: 2008-2013 (Acordo de Cotonu revisto) Disponível em: http://europa.eu/legislation_summaries/development/overseas_countries_territories/r12102_pt.htm (consultado em 22 de Março às 16h10).

[30] Materializada nas três Cimeiras realizadas entre a EU e Brasil. Disponível em http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=2887 (consultado em 10 de Março às 14h30).

[31] TYWUSCHIK, Veronika; SHERRIFF, Andrew - A Estratégia Conjunta UE-África: Dez Desafios para o Sucesso. In *Brief*, nº 23 (2009), p. 3. Disponível em http://cplp.dynamicweb.pt/Files/Filer/cplp/EstrategiaConjuntaUE-Africa_10Desafios-para-Sucesso.pdf (Consultado em 5 de Maio às 12h45).

[32] JOANA, Pierre-Michel - *Les Relations de l'Union Européenne, avec d'autres institutions, dans le cadre de l'appui l'Union Africaine*. Conferência proferida no Instituto de Defesa Nacional em 12 de Março de 2010 (Texto Policopiado).

[33] *Ibidem*, pp. 6-8.

[34] Intergovernmental Authority on Drought and Development (IGAD), Southern African Development community (SADC), Economic Community of central African States (ECCAS), Economic Community of West African States (ECOWAS) e Community of Sahel-Saharan States (CEN-SAD).

[35] Bernardino, Ob. Cit., p. 155.

[36] A CPLP realizou missões de observação eleitoral ao referendo sobre a autodeterminação de Timor-Leste, eleições para a Assembleia Constituinte e eleições presidenciais em Timor-Leste (Agosto de 1999, Agosto de 2001, Abril de 2002); eleições autárquicas, presidenciais e legislativas em Moçambique (Novembro de 2003 e Dezembro de 2004); Eleições legislativas e presidenciais na Guiné-Bissau (Março de 2004 e Julho de 2005); eleições legislativas e presidenciais em S. Tomé e Príncipe (Março - Abril e Julho de 2006).

[37] SANTOS, Victor Marques - Lusofonia e Projecção Estratégica. Portugal e a CPLP.

Nação e Defesa, nº 109 (Outono de 2004), p.130.

[38] Bernardino, Ob. Cit., pp. 173-174.

[39] Santos, Ob. Cit., p. 136 e p. 137.

[40] Para mais detalhe, consultar Bernardino, Ob. Cit., pp. 185-190.

[41] *Ibidem*, p. 187.

[42] Este ano de 2010, e à data da elaboração deste texto, está prevista a realização de um seminário no Brasil com o tema “A Profissionalização das Forças Armadas, a Ética e a Profissão Militar”.

[43] Cf. Bernardino, Ob. Cit., p. 188.

[44] *Ibidem*, p. 198.

[45] Ramalho, Ob. Cit., p. 266.

[46]

Disponível

em

http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf
(Consultado em 15 de Abril de 2010 às 13h10).

[47] Disponível em [http://ema.marinha.pt/NR/rdonlyres/081209B1-9E3C-](http://ema.marinha.pt/NR/rdonlyres/081209B1-9E3C-40D2-A7F8-928CFFCE7DB4/8837/PAMPA.pdf)

40D2-A7F8-928CFFCE7DB4/8837/PAMPA.pdf (Consultado em 15 de Abril de 2010 às 13h30).

[48] Cf. tb. Ramalho, Ob. Cit., pp. 270-271.

[49] Cf. Ramalho, Ob. Cit., p. 267.

[50] Cf. BRINKERHOFF, Derik W. et. Al. - *Guide to Rebuilding Governance in Stability Operations: A Role for the Military?*. PKSOI Papers. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, June 2009, p. 1.

[51] Cf. *Security Sector Reform*. Washington, DC: U.S. Agency for International Development, U.S. Department of Defense, and U.S. Department of State, p. 4. Disponível em http://www.usaid.gov/our_work/democracy_and_governance/publications/pdfs/SSR_JS_Mar2009.pdf (Consultado em 15 de Abril de 2010 às 16h10)

[52] Brinkerhoff, Ob. Cit., p. 7.

[53] *Ibidem*, p.7.

[54] Cf. MEHARG, Sarah; ARNUSCH, Aleisha; MERRILL, Susan (Eds.) - *Security Sector Reform: A Case Study Approach to Transition and Capacity Building*. PKSOI Papers. Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, January 2010, p. 1.

[55] *Idem*, p. 8.

[56] Cf. *Idem*, p. 3 e p. 14.

[57] REES, Edward - *Security Sector Reform and Peace Operations: Improvisation and Confusion from the Field*. New York: United Nations Department of Peacekeeping Operations, March 2006. Disponível em http://pbpu.unlb.org/PBPS/Library/ES_SSR_PEACE_OPS_REES_PBPS_2006.pdf (consultado em 16 de Abril de 2010 às 11h00).

[58] Cf. Meharg, Arnusch, Merrill, Ob. Cit., p.2.

[59] Cf. *Idem*, p. 5.

[60] Cf. *Security System Reform and Governance: A DAC Reference Document*. Paris: Organisation for Economic Co-Operations and Development, 2005. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/8/39/31785288.pdf> (Consultado em 19 de Abril de 2010 às 13h05)

[61] Cf. METZ, Steven; MILLEN, Raymond - *Intervention, Stabilization, and Transformation*

Operations: The Role of Land Power in the New Strategic Environment. *Parameters*, 1 (Spring 2005), p. 46.

^[62] BROWNLEE, Les; SCHOOMAKER, Peter J. - Serving a Nation at War: A Campaign Quality Army with Joint and Expeditionary Capabilities. *Parameters*, 34 (Summer 2004), p. 10.

^[63] Para maior detalhe Cf. BRANCO, Carlos Martins; PEREIRA, Carlos Santos; GARCIA, Francisco Proença (Coords) - *A Participação Portuguesa em Missões de Paz. Êxitos, Problemas e Desafios*. [Lisboa:] Fundação Mário Soares (s.d.).